

Política e jornalismo na imprensa alternativa

Eloísa Joseane da Cunha Klein

Resumo

O artigo reflete sobre as relações entre o campo da política e da comunicação, a partir da imprensa alternativa brasileira que atuou na contestação do regime militar, entre os anos 1960 e 1980. Para tanto, trabalha noções básicas sobre o que é a imprensa alternativa deste período, quais suas características e de sua construção como ação social, com determinação na formação do espaço público. O texto pontua aspectos da aproximação entre o campo do jornalismo e da política e discute a possibilidade de escapar da tendência imediata de pressupor a instrumentalização da comunicação pelos grupos que atuavam nos alternativos. Analisa a participação da comunicação na construção da esfera pública e na afirmação da democracia. Argumenta, por fim, com base nas considerações expostas, que a imprensa alternativa, em vez de servir a uma colonização do campo do jornalismo pela política, contribui para a sua afirmação.

Palavras-chave

imprensa alternativa, esfera pública

Abstract

This paper considers the relations between political and communication's fields while studying Brazilian alternative press – the one that struggled against military regime from 1960 to 1980. In doing so, it brings questions such as 'what means alternative press in this period', 'which are its characteristics and its construction as social action within public space'. The text points out aspects of the fields of politics and journalism and it discusses possibilities to escape from the immediate tendency that takes for granted that communication becomes an instrument for those alternative press working groups. The paper analyses the participation of communication in building public sphere and supporting democracy. It concludes that alternative press contributes for politics, instead of becoming a journalistic field colonized by politics.

Key words:

alternative press, public sphere

A reflexão sobre a imprensa alternativa traz concomitante a idéia de uma vinculação do jornalismo à política, do que normalmente se subentende a existência de uma relação na qual o campo político visa o campo jornalístico para obter algum efeito, ou seja, uma relação de instrumentalização da comunicação. Esta idéia aparentemente naturalizada precisa ser debatida, a partir justamente da interface entre comunicação e política, com a finalidade de problematizar o fenômeno social da imprensa alternativa.

Tomemos, como ponto de partida, uma noção de campo do jornalismo trabalhada por Wilson Gomes: “o jornalismo representa uma forma imanente de controle e distribuição de poder material e simbólico e, ao mesmo tempo, caracteriza-se como um sistema de conflito na busca, controle e distribuição de poder material e simbólico do campo” (2004: 53). É desde estas características que o campo jornalístico dialoga com outros campos e constrói processos de produção, circulação e recepção que se transformam a partir do jogo complexo com os contextos dos quais participa. Dada a marca do conflito, há momentos de maior aproximação ou distanciamento, de troca, influência ou recusa entre seus agentes e os agentes de outros campos. Uma aproximação emblemática com o campo político ocorreu quando do “surto da imprensa alternativa”, como se acostumou chamar o fenômeno do surgimento de vários jornais com o objetivo principal de construir uma ampla frente de oposição e contestação ao regime militar.

Estudar a dimensão política da imprensa alternativa que se dedicou a fazer oposição e contestação ao regime militar exige que se tome o cuidado apontado por Gomes de trabalhar com uma perspectiva relacional entre os campos da comunicação (neste caso, especifi-

A complexidade característica da relação entre comunicação e política está presente nos alternativos, que manifestam casos de diálogo e tensionamento entre os dois campos

camente do jornalismo) e da política, sem buscar um plano de causa e efeitos. Isso porque, se a abordagem se restringir à procura pela presença de elementos do campo político na imprensa alternativa, os resultados serão óbvios na confirmação do objetivo. A complexidade característica da relação entre comunicação e política está presente nos alternativos, que manifestam casos de diálogo e tensionamento entre os dois campos.

Antes de tomar o rumo da arдилosa teia desta relação entre campos, cabe uma consideração inicial. Neste texto, a expressão imprensa alternativa remonta ao contexto específico das décadas de 1960 até 1980, durante a ditadura militar brasileira. Esta delimitação é importante porque alternativo pode ser considerado o jornalismo feito em diversas partes do mundo, em tempos variados, a partir de meios de comunicação de sindicatos, de minorias, de associações de bairros, de grupos revolucionários ou de partidos – mas não é este o interesse em questão. O enfoque aqui é para a imprensa criada justamente para contestar o regime ditatorial vigente no País e seus pilares de sustentação (ou a imprensa que já existia, mas volta sua atenção a esta problemática).

Ao fazer o recorte pela imprensa alternativa se demarca, de partida, um entrelaçamento com o campo político, que é complexo. De modo simplista, a tentação seria considerar a imprensa alternativa como mera extensão da atividade política. Porém, é notório que jornais com atenuado cunho político não fazem propaganda ou não se detêm a dar visibilidade a grupos políticos, não restringem sua preocupação à esta temática, não fazem a descrição simplista das atividades, prerrogativas ou vislumbres de tais grupos, não constituem, resumidamente, um veículo institucional do partido, seja ele

qual for. É claro que a característica de contestação ao regime militar indica um posicionamento à esquerda e um elo com o partido de oposição (consentida), o Movimento Democrático Brasileiro. Mas é preciso considerar o caráter relacional, resgatando a idéia recém exposta de Wilson Gomes, e superar este raciocínio causal.

Alternativo, o que é?

Antes de tecer as considerações sobre a relação entre os campos da comunicação e da política tomando como foco o jornalismo alternativo, é preciso convencionar o que é este alternativo. Há interpretações diferentes para a tipificação da imprensa alternativa, mesmo quando considerado o recorte temporal e contextual acima exposto. Os diversos autores que tratam de definições para o termo levam em consideração quem fazia estes jornais, o público a quem se destinava, as características do produto e as condições econômicas de sustentação das propostas. Em geral, o consenso se estabelece em torno da definição de algumas características: engloba jornais feitos por grupos de esquerda (ligados a várias tendências políticas), impressos em formato tablóide (e até mini-tablóide), contra o padrão standard da imprensa de referência – e daí a alcunhanica –, em geral com circulação limitada, organização empresarial deficitária, poucos anúncios e tempo de circulação muito curto.

Algumas destas características são analisadas por Paolo Marconi, no livro “A censura política na imprensa brasileira”: “tiragem reduzida de cada impressão; repercussão reduzida, exceções como O Pasquim, Movimento, Em Tempo; falta de esquema empresarial com trabalho semi-artesanal na maioria dos órgãos; ausência de suporte financeiro adequado, caracterizada pela inexistência de anúncios com-

O que os jornais alternativos fazem é oferecer uma opção frente a um tipo de discurso, à época dominante

erciais, etc.” (1980: 309). Itens seme-lhantes são listados por Sérgio Caparelli, que toma os jornais alternativos como micromeios de oposição: são “jornais de pequena tiragem, produzidos por profissionais que utilizam suas horas de lazer na luta por uma ideologia e por isso, sem objetivos de lucros pessoais”.

Há aqui algumas descrições, que ainda não formam uma noção sobre o fenômeno. Este entendimento do que é o alternativo pode ser buscado a partir do questionamento de Máximo Simpson Grimberg: é alternativo frente a que? Grimberg responde que “a opção é sempre frente aos grupos que usufruem, em proveito de setores privilegiados (econômicos e/ou políticos) a propriedade e/ou controle dos meios de informação” (1987: 21). Trata-se, salienta, de uma “opção frente ao discurso dominante” (1987: 30) e por isso seu maior diferencial está justamente no conteúdo, apesar de haver outros fatores de distinção. O autor trata da imprensa alternativa de forma distendida, incluindo especialmente os meios de comunicação “populares”, ligados a grupos de moradores, associações e outros. De todo modo, sua compreensão de alternativa a um discurso dominante encontra afinidade com a circunscrição da imprensa alternativa como aquela que agiu na contestação do regime militar.

Este entendimento é também uma forma de driblar a idéia de que os alternativos ofereceriam uma opção frente à imprensa de referência, por exemplo. Fosse, assim, como ressalta Perseu Abramo (1998), o leitor de um jornal alternativo o escolheria em detrimento de outros jornais da imprensa de referência. O que os alternativos fazem é oferecer uma opção frente a um tipo de discurso, à época dominante. E por isso, o interessante não era que o leitor deixasse de procurar a imprensa de referência, mas que lesse os alternativos

para saber quais ângulos eram eliminados por um discurso dominante. Ou seja, faz a crítica da imprensa de referência, mas toda a crítica é feita em relação a algo que precisa ser conhecido para que haja sentido em propor uma coisa diferente.

Para avançar na construção de uma noção sobre a imprensa alternativa é necessário observar quais jornais podem ser considerados alternativos. Kucinski divide os alternativos em duas classes, os políticos e os existenciais¹. Sua pesquisa aponta que, entre 1964 e 1980, “nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar” (1991: 13). Estes jornais surgiam, normalmente, associados ao fechamento de espaços na imprensa de referência, o que lançava uma gama de jornalistas à procura de nova atuação profissional.

José Luiz Braga observa que “a imprensa alternativa preenche um espaço deixado vago pelas grandes empresas nas condições políticas dos anos 70. As maneiras de ocupar esse espaço vão caracterizá-la, e tornam-se, por sua prática, uma crítica à imprensa indústria” (1991: 22). Então, agrega-se um outro elemento, que também é oriundo da crítica à imprensa de referência: não só se criticava um discurso dominante, como também uma padronização industrial da produção. É por isso que os jornais alternativos são feitos em pequenas empresas, onde não há a dualidade entre patrão e empregados, como bem nota Braga, e onde se estabelece uma relação pluralista de troca de idéias – espaço acertado para a incorporação de jornalistas-intelectuais que saíam da imprensa de referência. Estes personagens são os responsáveis por duas características interessantes da imprensa alternativa: a procura por “perspectivas mais globais sobre o social e o político” e um certo tom acadêmico, que faz com que se produza, com frequência,

“uma visão teórica das coisas” (BRAGA, 1991 : 293). Tal teor vai direcionar a construção dos destinatários, geralmente estudantes, jornalistas, professores, profissionais liberais.

Na visão de Caparelli, os alternativos geralmente “refletem as ideologias dos grupos que estão por trás desses projetos” (1989: 96). Este entendimento é comum ao de Kucinski, que argumenta que este foi um dos fatores de crise e esgotamento de vários jornais alternativos. É preciso ter em conta, entretanto, um alerta de Braga, de que, apesar deste caráter militante, os alternativos são também informativos e necessitam manter-se como empresa para sobreviver, já que não são sustentados por um partido.

À parte, por hora, a movimentação em torno das tendências políticas e suas resoluções e determinações para com os jornais (que começam a se manifestar, sobretudo, após 1977), este caráter agrega um sentido de protagonismo e engajamento à atividade, que também é revelado pela pluralidade e diversidade das opiniões que participam da discussão do jornal. Neste sentido, Kucinski observa que os jornais se conectam à intenção das esquerdas de protagonizar as mudanças desejadas e constituem um espaço para a produção jornalística e intelectual alternativa àquela que trazia a marca do controle autoritário. Com esta idéia concorda Grimberg, ao refletir que os alternativos surgem a partir de uma atividade que os transcendem, que é o propósito de “mudar o mundo em algum sentido” (1987: 24). Esta relação, tensional e de troca, encontra seus limites especialmente na discussão do papel político dos jornais. Braga argumenta que “a intensidade dos engajamentos, o nível emocional da participação, os esforços para obtenção da hegemonia interna levam muitas vezes a cisões” (1991: 232).

¹ Kucinski classifica como políticos os jornais com características pedagógicas ou dogmáticas que se baseavam ou no marxismo religioso ou no conservadorismo moral do PC do B, e que tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular ou no marxismo dos meios estudantis dos anos 1960. Já os existenciais são os jornais que fogem ao discurso ideológico e centram sua atuação na contracultura, na crítica de costumes e do moralismo da classe média – e adotam o existencialismo mais como uma fuga do dogmatismo da esquerda. Ambos, porém, têm uma tonalidade profundamente política (advinda, em boa medida, do fato de muitos de seus jornalistas e colaboradores serem ou militantes ou trabalhadores por ideologia) e de contestação ao regime.

Escrevendo sobre a crise da Agência Carta Maior no ano corrente (2007), Kucinski observa que “o alternativo é diferente não só nas suas idéias contra-corrente, mas também na sua organização, em que predominam o voluntarismo e a cooperação não monetária, e no envolvimento emotivo dos seus jornalistas”. Neste artigo, o alternativo é usado para entender toda a comunicação que se coloca como opção a algo, como, no caso específico, a Agência Carta Maior, mas novamente as noções empregadas contribuem para pensar a imprensa alternativa que atuou na contestação da ditadura. “No alternativo, jornalistas e intelectuais não são pagos para defender idéias dos outros, são mal pagos para dizer exatamente o que pensam. No alternativo, a notícia não é mercadoria: é valor de uso e não de troca. Não há nada mais anticapitalista do que isso, ainda que o alternativo tenha que pagar alguns salários e aluguéis, usar alguma publicidade” (KUCINSKI, 2007: 1).

Tomando as idéias recém expostas, podemos convencionar algumas particularidades para a noção de jornalismo alternativo aqui empregada: trata-se do jornalismo exercido a partir de uma inconformidade com a atividade levada à cabo na imprensa de referência (dada a existência da censura, auto-censura ou conservadorismo), que se manifesta na organização de um grupo unido pela construção de propostas jornalísticas diferenciadas, as quais devem aludir novas angulações para a abordagem do cotidiano (portanto, constituindo uma alternativa frente ao discurso dominante), ao mesmo tempo em que, por traduzir um sentimento de mudança e de tentativa de engajamento, estas mesmas propostas consistem, em si, numa ação específica para chegar à mudança pretendida. É com base nestes elementos que se dá a argumentação que se segue.

Jornalismo alternativo e ação social

As noções de protagonismo e de espaço para o exercício pensante (alternativo aos espaços controlados) remetem à ação social. A imprensa alternativa não se resume à criação de produtos com alguma intenção fechada, mas igualmente é um fenômeno social com implicações na construção do espaço público. “A imprensa alternativa pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra-hegemônico. (...) Os jornais alternativos criaram um espaço público alternativo” (KUCINSKI, 1991: 21). Ao mesmo tempo, este movimento se inscreve num âmbito maior de disputas não só no campo da política como também nas relações de trabalho, organização popular, urbanização e reorganização do espaço da cidade, entre outros.

A imprensa alternativa forjou-se num contexto em que as lutas políticas eram travadas no panorama de fortes tensões sociais (configuradas nos embates de empregados versus patrões, por exemplo), quando os movimentos sociais organizavam os dominados contra seus exploradores, quando as vítimas descobriam que deveriam sair de seu lugar puramente de vítima e ocupar um espaço de fala – e, nesta agitação toda, o jornalismo cumpriu um papel fundamental. Era o momento em que as minorias criavam subjetividades e também os feitores dos jornais construíam sua subjetividade através do jornalismo alternativo. Claro que cabe sempre perguntar: em que medida estes jornalistas e colaboradores ou pesquisadores se aproximavam ou se afastavam da condição de sujeitos?

Esta fabricação dos sujeitos² envolvidos na produção dos jornais ocorre justamente

² Para invocar uma nomeação dada por Alain Touraine ao contexto contemporâneo.

pela participação na atividade de resistência. A respeito do fim da socialização dos indivíduos pelas instituições, como atores sociais, Dubet (1996) coloca uma questão: como as pessoas constroem uma experiência, um caminho só delas, e como se socializam fabricando esta experiência? Em linha semelhante, Touraine (2006) faz a reflexão sobre a construção de si como sujeito e a defesa dos direitos como um pressuposto para um novo modelo de modernização, com base na razão e num sujeito que já não assume mais um papel pronto e moldado, mas está disposto a dialogar, diferenciar-se, resistir às imposições, afirmar-se.

Tais estudos contemporâneos da Sociologia (sobre o distanciamento da experiência dos indivíduos da orientação das instituições) podem contribuir muito para compreender o que ocorria quando a participação num contexto formal e institucional era decisiva para o desenrolar das atividades cotidianas. No momento em que as instituições formais (como a escola) seguiam cartilhas doutrinárias dos governos, em que espões observavam as atividades nas universidades e permaneciam mesmo nos cinemas, o exercício do jornalismo não era só uma forma de publicar e analisar as desigualdades, a violência institucionalizada do Estado, na forma de supressão de direitos e mesmo de torturas e violações, mas também um grito de liberdade, um “espaço” para respirar e tentar propor algo novo, que provocasse fissuras na tentativa de controle cultural empreendida pela ditadura.

É precisamente por esta característica, de encontro e de organização coletiva, que os alternativos preservam uma dimensão política para além da forma de construir os acontecimentos abordados e que é também uma dimensão cultural. Os grupos responsáveis pela

fabricação dos alternativos se encontravam na política, no ambiente acadêmico, nas discussões realizadas em lugares sociais (sessões de filme, escuta de música, bares, shows, teatro etc) e precisamente no trabalho de fazer os jornais.

O surgimento da imprensa alternativa ocorreu como resultado de uma “comunicação de resistência” (BERGER, 1991: 15), que existiu mesmo nos momentos mais duros do regime militar, com base na música, na discussão de filmes, nas leituras e reflexões acadêmicas, que ocorriam nos mais variados espaços. A comunicação de resistência, conforme Christa Berger, é indício da acumulação de forças pelos grupos de oposição. Na imprensa alternativa dos anos 1970, muitos grupos se encontram para pôr toda a aspiração democrática em textos, notícias, críticas literárias. “Es en la prensa alternativa en donde los intelectuales y donde los militantes de los partidos políticos van a buscar material para sus análisis de coyuntura. Este también la lectura predilecta de los estudiantes de ciencias sociales y el único espacio de trabajo para muchos opositores del régimen” (BERGER, 1991: 15).

A relação com o campo político: instrumentalização ou interação?

É possível que o caráter de ação social e mobilização cultural, que repercute na formação do espaço público, modifique uma percepção que reduz a ação de alguns jornais alternativos à instrumentalização³ da comunicação. Pois longe de ser tão somente um produto destinado pelo campo político para o convencimento de outrem, os alternativos são parte de um amplo processo de interações sociais, de conversações, articulações financeiras e, inclusive, disputas políticas – é claro,

³ *A caracterização como instrumento parte de uma localização da comunicação na idéia de “superestrutura, com decorrente assimilação à ideologia; sua contração a uma dimensão tecnológica ou técnica, e sua caracterização de mero instrumento, através do entendimento de que seu ato de mediação, tomado por interesses próprios e regimes gramaticais específicos de funcionamento, garante uma possibilidade, formal ou real a depender de situações de campos de força, de funcionar como ‘ator’ que ocupa um lugar de fala para dizer e fazer” (RUBIM, 2000: 44).*

porque não se pode perder de vista o lugar de fala, colocado precisamente ao lado da resistência à ditadura.

Uma avaliação de Antônio Rubim aponta ao fato de que a relação entre comunicação e política quase sempre foi marcada pela instrumentalidade: “a comunicação sempre foi percebida e utilizada como mero instrumento do campo político”. Assim, jornais da Revolução Francesa ou do século XIX do Brasil “atuavam como meros amplificadores das opiniões e idéias políticas e não como meios submetidos a alguma lógica oriunda da comunicação, a não ser aquela elementar que garante a comunicabilidade. A rigor, tais publicações caracterizam-se, antes de tudo, como extensões da (dinâmica) política” (2000: 19). Esta situação pode ser semelhante a que ocorre em alguns meios de comunicação da imprensa de referência. E é claro que, em boa medida, se manifesta na imprensa alternativa – embora não seja possível caracterizar, de forma definitiva, que um meio de comunicação se encontra ou não numa ótica instrumental.

Entendendo que a imprensa alternativa encontra-se num nível relacional intenso com o campo político, é necessário colocar algumas questões. Como fugir da tomada da comunicação instrumental? Será que a criação de um meio de comunicação inscrito no âmbito da política necessariamente localiza a comunicação como instrumental? Ou será que por compreender o meio como participante de uma semiose já não se quebra esta idéia do “instrumento” (tendo em conta a diferença existente entre a ação de lançar idéias para o debate público e a orientação dogmático-pedagógica para agir desta ou daquela maneira)?

Tomando a dimensão política, pode-se fazer algumas reflexões. No momento em que forças hegemônicas apelam à violência e não

à política na disputa pelo poder e na tentativa de mantê-lo, recorrer à política como modo de sustentá-la como instância legítima de negociação, argumentação, sensibilização não parece ser uma forma de colonização do jornalismo, mas de sua própria afirmação, já que o jornalismo se sustenta na afirmação da sociedade capitalista e organizada politicamente por meio do Estado, aqui entendido como democrático e republicano.

De outra forma, considerando que o campo do jornalismo⁴ não estava claramente definido (em termos de deontologia, gramáticas de produção e de recepção, especificidade da formação e atuação de agentes responsáveis pela esfera da produção) e, portanto, a relação com o campo não era também muito clara, a opção por criar novos meios de comunicação, que são também um local de exercício político, pode ser vista como necessidade ou procura de espaço. Quer dizer, quando o campo está solidamente constituído, aqueles que procuram se relacionar com ele precisam estabelecer um diálogo a partir de regras que lhe são próprias. Do contrário, podem pre-valecer as regras exteriores ao campo, como a simpatia do proprietário por este ou aquele grupo ou pessoa, por exemplo. Ai se entende a colocação de outros grupos interessados em organizar um meio de comunicação que perceba e publicize fatos sociais por outra angulação. Mas, então, retorna a preocupação com a instrumentalização da comunicação.

No momento em que os jornais passam a tratar das divergências internas do MDB – ou das visões sobre democracia, política, cidadania –, avançam em direção ao interior do campo político. E, neste sentido, pode parecer que há uma aspiração da política em utilizar o jornalismo como meio para alguma coisa, que é divulgar um tipo de pensamento. Porém, há

⁴ “O jornalismo se estabelece como campo quando determina quais são os propósitos dos jornalistas, quais são os problemas jornalísticos, quais os métodos e as estratégias jornalísticas” (GOMES, 2004: 56).

outro lado: ao tratar das questões internas ao mundo político pode-se justamente tentar mais que oferecer uma imagem de candidato ou partido, mas domínios políticos que tornem o público capaz de participar mais ativamente em um processo político, reforçando, então, a idéia de esfera civil como mandante e não como público a ser consultado pela esfera política para obter aprovação de suas deliberações.

Esta questão dialoga com os principais elementos que definem a política moderna, vistos por Rubim (2000: 47) como o caráter formalmente não excludente, a amplitude da dimensão pública, e o caráter representativo. O primeiro elemento refere-se à cidadania moderna e contempla a formalização dos direitos civis, políticos e sociais, se recorrermos a uma concepção de Marshall (1967). Na sociedade contemporânea, o acesso à informação foi se mostrando essencial. E, igualmente, a informação sobre o campo político. É que com a complexificação da sociedade, ficou cada vez mais inatingível aquele ideal de diálogo face a face que caracterizaria a esfera pública. Esta passou a ser composta por outros elementos, precisamente a crescente participação das diversas formas de mídia. E a imprensa aqui atua não só como informante, mas como construtora de um espaço público, portanto interferindo diretamente na articulação da esfera pública.

Para o contexto contemporâneo (que se dá, sobretudo, com a modernização da mídia, autonomização do campo da mídia e a participação do audiovisual na vida coletiva), Gomes sugeriu que se pensasse a equação “*esfera pública com a cena política*” (1998: 181). A primeira, considerada a partir do pensamento de Habermas, com a ressalva de que o conceito deve ser entendido como normativo e não descritivo. A segunda, uma proposta oriunda de

A imprensa atua não só como informante, mas como construtora de um espaço público, interferindo, portanto, diretamente na articulação da esfera pública

Lipovetsky. A relação estabelecida por Gomes pretende consertar a brecha entre esfera pública e a interpenetração entre mídia e política: para ele, longe de acabar com a política, a mídia oferece formas diferentes para seu exercício. A esfera pública muda, mas não perde o aspecto da política.

Este raciocínio é importante para percebermos as movimentações em torno da mídia e que têm em vista o campo político. É preciso ter em conta a observação de Rubim, de que a novidade “nos relacionamentos entre comunicação, política e cultura pressupõe um ambiente democrático, ainda que em processo, e, principalmente, exige a configuração da comunicação enquanto campo social específico” (1999: 8). Portanto, a apropriação da noção para um contexto precedente exige certos cuidados. Ocorre que esta crescente penetração da mídia na vida cotidiana e seu entrelaçamento com os demais campos sociais estavam em pleno curso nos anos 1970.

Mauro Salles (1985: 21), em congresso da Intercom em 1985, observou que, naquela data, 25 a 30% da população era alcançada pela mídia impressa, 65 a 70% tinha acesso à televisão, e entre 85 e 90% era alcançada pelo rádio. Este acesso da população à mídia vinha num crescente desde os anos 1970, por alguns fatores correlacionados: a urbanização, a concentração populacional em grandes cidades e metrópoles, a modernização dos meios de comunicação (com adoção de novas tecnologias e procedimentos editoriais) – o que diminuía o custo dos produtos, o aumento da renda de parte da classe média, o crescimento da publicidade e os incentivos do governo para setores estratégicos para a comunicação, como os investimentos na estrutura de cabos e microondas, que permitiu o avanço da televisão. E é interessante notar que é justamente

no mesmo momento de expansão e modernização da mídia que o governo exercia um poder autoritário, controlando os meios de comunicação por diversas formas, como censura prévia, censura por intimidação, pressão por meio do cancelamento de anúncios. Então, há dois eixos: participação cada vez mais fundamental da mídia na formação/discussão da esfera pública e o controle autoritário exercido pelo Estado. Estes itens são centrais para a observação da imprensa alternativa.

Para além, então, da problemática imposta pela censura e política de comunicação do governo militar, a abordagem da política de uma forma diversa daquela da imprensa referencial tornou-se uma constante em alguns meios de comunicação alternativos. No trabalho cotidiano do jornalismo, “o ritmo normal, ordinário, de seus longos processos preliminares de estudo e de debates, de seu dia-a-dia de conversas e contatos, de incansáveis discursos e discussões, mesmo de pequenos atos de protesto e de realizações, parece não estar em sintonia com um ritmo que exige velocidade e novidade”. Para Rubim, a mídia mostra-se mais “sensível aos momentos deliberativos (...), ou a instantes de ruptura do funcionamento regulamentar da política, quando acontecem crises, deposições, golpes, denúncias, etc.” (RUBIM, 2000: 63).

A imprensa alternativa percorre um caminho paralelo, ao publicizar análises e posicionamentos de lideranças de movimentos e organizações sociais, de membros de partidos, de deputados ou vereadores, ao te-matizar as propostas políticas para a conquista da democracia (tomada em sentido potencial), ao propor a reflexão histórica, sociológica e filosófica sobre o Estado. É evidente que, para tanto, a imprensa alternativa lança mão do rol de possibilidades oferecidas pelo jornalismo

**Há dois eixos:
participação cada vez
mais fundamental da
mídia na formação e
discussão da esfera
pública e o controle
autoritário exercido
pelo Estado**

– a cobertura noticiosa de acontecimentos, as reportagens sobre cotidiano – e de elementos analíticos e pedagógicos oriundos de outros campos, como o campo político e o científico. Mas qual a pertinência deste enfoque ou desta intromissão em meandros próprios do campo político? De que forma isto se relaciona com a noção de esfera pública? E por que isto é importante para o jornalismo?

Ação social, esfera pública e democracia: a autonomia do jornalismo em movimento

A esfera pública, pontua Gomes, “é o âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam conseqüências concernentes a uma coletividade apresentam-se discursivamente e argumentativamente de forma aberta e racional” (1998: 155). Esta esfera consiste na “discussão entre pessoas privadas reunidas num público”, pessoas que se caracterizam simplesmente como ser humano sujeito de razão e consciência, sem necessidade de pertença a tradições, e que fazem um uso público desta razão para uma negociação de argumentos. Pois justamente a crise das instituições (como a família, a escola, a Igreja e até mesmo o Estado), a diluição dos contornos das esferas pública, privada e íntima, a participação maior da mídia, nas mais diversas formas de vida, agregaram importantes transformações nesta acepção original (e normativa, ainda assim) da esfera pública.

Gomes observa que a análise de Habermas se direciona ao entendimento de que ocorre uma alteração do diálogo entre pessoas para o convencimento por meio de sedução, o que se dá principalmente pela ação dos meios de comunicação. Mas, trazendo a contribuição de Lipovetzky, o autor defende que a nova dimensão da esfera pública se caracteriza pela

secularização do poder (destituído de paixões ou dogmatismos, dessacralizado) e pela flexibilização dos posicionamentos, uma vez que as opiniões se tornam mais inconstantes e os indivíduos têm atitudes mais maleáveis. Esta tendência a ser mais flexível se justifica pela mudança nas instituições, a formação das individualidades, e por uma penetração do campo da mídia e da difusão em escala gigantesca de informações. Tal abertura dos indivíduos possibilitaria não o fim (como via Habermas), mas a facilitação da argumentação. Então, a característica fundamental da esfera pública é preservada, embora se apresente uma alteração intensa nas formas de agregação e engajamento. Gomes, transitando por estas reflexões, propõe pensar o espaço deliberativo como “esfera pública política”, que é diferente de uma “cena política”, que inclui, por exemplo, a preocupação com a construção de imagens de políticos.

Mas isso tudo permeia a esfera pública. E, para Gomes, “a democracia moderna, aquela que conhecemos, não pode ser pensada sem esfera pública” (1998: 184). E onde se insere a mídia? Bem, só há esfera pública se as informações ganham circulação entre as pessoas que querem acessá-las. Então, a mídia participa como instituição, que “intermedia o raciocínio das pessoas privadas reunidas num público”, como instrumento para a reunião de públicos, e como ambiente e fluxo de informações contínuo. O controle do acesso à informação, significa, então, a tentativa de controle e submissão da esfera pública.

Aqui, cabe uma precisa observação: o contexto dos anos 1970, no Brasil, ainda é marcado por posicionamentos extremados, de direita e de esquerda, por conservadorismos, de um lado, e causas apaixonadas, de outro. Então, é preciso considerar com ressalvas esta

maleabilidade da qual fala Gomes pela análise de Lipovetsky. Até porque a participação da mídia no cotidiano vai se desenvolver precisamente neste embrulho, que reúne conservadorismo (inclusive de alguns proprietários de meios de comunicação), censura e controle da informação (exercido pelo Estado ditatorial) e criação de um novo ambiente de mídia e espaço público pela imprensa alternativa.

É um desafio pensar como se processa o diálogo tensional entre a política e a comunicação num ambiente em que as ações se balizam pela gestão das grandes tensões sociais (e onde os movimentos expressam a luta pela qual os dominados se revoltam contra seus senhores, as minorias criam subjetividades, as vítimas descobrem um lugar de fala), mas que ao mesmo tempo começa a revelar a necessidade da afirmação de si, da autonomia, de direitos humanos individuais e sociais. Um ambiente onde o social ainda é percebido e orientado pelo paradigma político⁵, mas no qual o mesmo social é redescoberto pela perspectiva cultural (questionamento de valores, interculturalismo), sobretudo a partir da avassaladora presença da mídia, que redefine os modos de ver e agir no mundo.

Então, parece sintomático que a imprensa alternativa apresente este movimento dinâmico: ora é tomada numa perspectiva instrumental (para motivar a reunião de públicos e a tematização de certos assuntos), ora como parte de um movimento de afirmação da diversidade cultural, ou como defesa dos direitos individuais e, ainda, como próprio ambiente político e cultural. Claro que, como assinala Kucinski, o eixo está na oposição ao regime militar e, portanto, há este enfoque político permeando as suas atividades.

Mas retornando à noção de esfera pública, que para realizar-se necessita da democracia,

⁵ Para analisar o contexto contemporâneo, Alain Touraine (2006) propõe que pensemos no paradigma cultural.

e, ademais, afirma-se pela circulação de informações, pode-se entender que a imprensa alternativa, ao enlaçar questões específicas do campo político, não se subordina a este. Afirma, outrossim, o imperativo da existência de um fluxo contínuo de informações, que possibilite (e isto é o que, ao mesmo tempo, seus próprios agentes fazem) a discussão pública das temáticas relevantes ao coletivo. Assim, apesar de muitas vezes apresentar um vínculo estreito com o campo da política (e, diga-se, de um setor específico, que é o campo da oposição ao regime), a imprensa alternativa é também uma contribuição para a afirmação do campo da mídia, justamente por discutir as relações de poder entre mídia e Estado, denunciar a censura e a violação de direitos, dentre os quais o de livre expressão, e publicizar opiniões de grupos e indivíduos tolhidos de ter seu acesso à manifestação pública garantido.

Para esta avaliação contribui o entendimento de Rubim (1999:11), o de que a consolidação do campo da mídia, no Brasil, encontrava obstáculo no “tendencial monopólio do político pelo Estado ditatorial” e na “brutal proibição de trânsito livre da política na sociedade (civil) e, inclusive, na mídia”. Isso ocorre porque “a proibição da negociação livre entre a *mídia* e a política inibia, em um patamar ‘gramático-lingüístico’, a formação de modalidades mediáticas específicas e expressivas de veiculação da política”. Além disso, “o controle da *mídia* pelo Estado militar reduzia drasticamente sua relativa autonomia e, em conseqüência, seu potencial de exercício do poder de publicizar a política e de exprimir seus particulares interesses sócio-econômicos”. Como se não bastasse esta defasagem, em boa parte do período militar houve uma convergência de interesses entre o governo ditatorial e a mídia.

Há, por fim, um último aspecto a salientar, que remonta às noções até então trabalhadas. Os alternativos marcam a tentativa de democratização do acesso à mídia, que também ocorre, em outro momento, na articulação de associações de moradores, de movimentos sociais, de sindicatos e grupos diversos quando da criação de seus próprios meios de comunicação⁶. Se a livre circulação de informações e a participação de diversos setores na tematização das questões postas na mídia são fundamentais para a esfera pública, e, por conseguinte, para a democracia, o acesso das pessoas e grupos à mídia também precisa ser garantido aos mais variados segmentos sociais.

Pedrinho Guareschi e Osvaldo Biz, ao pesquisarem o que os cidadãos compreendem pelo direito à informação, notam que “a participação na comunicação é condição indispensável para a cidadania” (2005: 13). Os autores trabalham justamente com a idéia da informação como direito, o que implica que sobre ela não pode haver um controle pelo poder exercido seja pelo governo, seja pelos proprietários dos meios de comunicação. Implica, de outra forma, que haja possibilidade de acessar e produzir informação diversa.

A procura pela democratização define um caráter peculiar a este tipo de mobilização realizada no âmbito da imprensa alternativa, a partir dos próprios agentes do campo da mídia, relacionados com outros sujeitos, e que encontra similitude com outras formas de busca pela autonomia. Sobre o exemplo da luta das mulheres, Touraine observa: “é ao mesmo tempo a consciência da dominação sofrida e a de uma existência particular, e portanto de direitos particulares, que fazem da mulher um sujeito, que dirige sua ação principal para si mesma, para a afirmação de sua especificidade e ao mesmo tempo de sua humanidade” (2006:112).

⁶ *A exemplo do que estuda Luiz Gonzaga Mota e Cecília Peruzzo, dentre outros.*

Fazendo uma ponte imaginária entre a condição de sujeito e a organização de um movimento pela sua autonomia, pode-se ler a imprensa alternativa mais ou menos desta maneira: descoberta da dominação, confirmação de sua existência particular, afirmação de sua autonomia. Os jornais alternativos desafiaram-se a encontrar formas distintas de produção de materiais. Alguns se dedicaram a trabalhar com a charge, desenhos, contos, crônicas, histórias de vida de pessoas variadas. Desafiaram-se a buscar um espaço que estava fechado e, em boa medida, impulsionaram grandes aberturas.

Sobre a autora

Eloisa Joseane da Cunha Klein é jornalista. Mestranda, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Bolsista CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Graduada em Comunicação Social pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. eloisa_klein@yahoo.com.br

Bibliografia

ABRAMO, Perseu. **Imprensa Alternativa: alcance e limites**. Revista Tempo e Presença, n. 233, agosto de 1988. Boletim Periscópio Internacional.

BERGER, Christa. Movimientos sociales y comunicacion en Brasil. In CENTRO DE ESTUDOS DE LA INFORMACIÓN Y LA COMUNICACIÓN. **Comunicación y sociedad**. n 9, mayo-Agosto 1990. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1990.

BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba**. Brasília: Universidade de Brasília: 1991.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

CAPARELLI, Sérgio. **Ditaduras e indústrias**

culturais no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai. Editora UFRGS, 1989.

DUBET, François. **Curso sobre exclusão social**. Conferido na Universidade de São Paulo, 9 a 13 de setembro de 1996.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e *media*: Com Habermas, contra Habermas. In RUBIM, Antonio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria; PINTO, Milton José (org). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

PINTO, Milton José **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GRIMBERG, Máximo Simpson. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. **A comunicação alternativa**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo. **Mídia e democracia**. Porto Alegre P.G/O.B, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas revolucionários**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. “Algumas reflexões sobre a crise de Carta Maior”. **Agência Carta Maior**. Colunistas, 03/04/2007. Disponível em: <<http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm>> Acesso em mai 2007.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global editora, 1980.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATOS, Sergio. O controle econômico. In MELO, José Marques de (org). **Comunicação e transição democrática**. Porto Alegre: Mercado aberto/ Intercom, 1985.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Mídia e política no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**; tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes: 2006.